
Angola no caminho da democracia: avanços e retrocessos

Angola on the road to democracy: advances and setbacks

**Nathaly Xavier
Schutz**

Unipampa e UFSM;
Doutorado em Ciência
Política UFRGS

E-mail:

nathalyschutz@unipampa.edu.br

Resumo

Angola é um dos principais estados africanos e uma das grandes lideranças na África Austral. O Movimento Popular de Libertação de Angola é o partido no poder desde a sua independência, evidenciando um desafio à recente democracia angolana. Recentemente, em 2017, o Presidente José Eduardo dos Santos, no poder há 38 anos, deu lugar a João Lourenço. O objetivo dessa pesquisa é analisar, a partir do método histórico-comparativo, se essa mudança impactou positivamente no processo de democratização angolano. Parte-se do pressuposto de que não houve alterações significativas na condução política do país. As conclusões preliminares indicam para uma manutenção da elite do poder e um eventual retrocesso autoritário.

Palavras-chaves: Angola. Democracia. Eleições. Alternância de poder.

Abstract

Angola is one of the main African states and one of the great leaders in Southern Africa. The Popular Movement for the Liberation of Angola has been the party in power since its independence, highlighting a challenge to Angola's recent democracy. Recently, in 2017, President José Eduardo dos Santos, in power for 38 years, gave way to João Lourenço. The objective of this research is to analyze, from the historical-comparative method, whether this change had a positive impact on the Angolan democratization process. It is assumed that there have been no significant changes in the political conduct of the country. Preliminary conclusions point to a maintenance of the power elite and an eventual authoritarian backsliding..

Keywords: Angola. Democracy. Elections. Power alternation.

Introdução

Angola é um estado de grande importância na África Austral. Com sua posição estratégica, com costa para o Atlântico Sul e proximidade com o Golfo da Guiné, constitui um espaço geopolítico de relevância para as relações, não só da África, mas do hemisfério sul como um todo. Com uma força de defesa que se destaca entre os países africanos – oriunda dos longos anos de guerra civil – e um importante exportador de petróleo, Angola projeta-se como uma das principais lideranças do Continente. Suas fragilidades internas, contudo, em especial o fortalecimento das suas instituições democráticas, ainda são um entrave na sua ascensão.

Do ponto de vista procedimental, partindo-se da concepção de democracia de Schumpeter (1961), a realização de eleições periódicas e livres é o que caracteriza um regime democrático. Sabe-se, contudo, que isso não é suficiente para que uma democracia exista e se consolide. Tem-se a democracia formal, mas não necessariamente a substancial (Bobbio, Matteucci, Pasquino, 1998).

A existência de partidos de oposição que se configurem como opções reais ao partido que está no poder pode ser vista como o primeiro desafio à consolidação da democracia. Ainda que, do ponto de vista instrumental, grande parte dos países africanos tenha adotado o multipartidarismo no início da década de 1990, na prática, existe a preponderância de um único partido: aquele que ocupava o poder desde o processo de independência.

Essa manutenção do mesmo grupo político no poder, ainda que através de eleições periódicas e livres, pode esconder fragilidades da estrutura democrática, segundo Thompson (2010). Para o autor, a alternância no poder é um teste para as instituições democráticas; quando um mesmo partido permanece no poder, não se sabe se, caso perda, respeitará o resultado. Ou seja, “A marca de uma verdadeira democracia é quando as regras do jogo eleitoral continuam sendo respeitadas, mesmo sob pressão (Thompson, 2010, p. 253)”

A inexistência de alternância do poder estaria ligada, entre outros, às características dos partidos, tanto do que está no poder, quanto dos de oposição. Nesse sentido, teríamos partidos com bases ideológicas mais frágeis e concentrados em figuras emblemáticas, em muitos dos casos, líderes dos movimentos de libertação. No

caso dos partidos de oposição, isso dificultaria a atração de eleitores, deixando-os muito semelhantes com o partido no poder. Isso, aliado à fragmentação da oposição em muitos grupos distintos, dificultaria sua vitória nas urnas. As eleições, nesse caso, poderiam ser mais um mecanismo do partido no poder para se legitimar, ao invés de estarem fortalecendo a democracia. Para Matlosa (2010, p. 199), “quando as instituições democráticas são inexistentes ou disfuncionais, o governo gira em torno de líderes individuais ao invés de instituições”.

Considerando esses aspectos teóricos, o caso de Angola se torna emblemático: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ocupa o governo desde que se libertou do controle português em 1975. Soma-se a isso o fato de que, durante quase quarenta anos, entre 1979 e 2017, foi José Eduardo dos Santos que exerceu a presidência do país. A substituição dele por João Lourenço como candidato do MPLA e, por consequência, como presidente indicado após a vitória do partido reflete uma tentativa de criar uma ideia de renovação, em um contexto no qual a imagem da família Dos Santos já estava extremamente desgastada, tanto internamente quanto no cenário regional africano.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar em que medida a mudança de liderança no governo, ocorrida em 2017, representa uma alteração significativa na condução política do país e, portanto, constitui parte do processo de democratização. Parte-se do pressuposto de que, apesar de ser um fator positivo, a saída de Dos Santos em favor de João Lourenço, configura-se como uma tentativa de MPLA de forjar aspectos democráticos para se manter no poder, não se traduzindo em mudanças efetivas, tampouco em um grande avanço democrático. Como objetivos específicos, tem-se a contextualização histórica da construção do Estado angolano e a análise da transição para o processo de democratização. Com isso, espera-se construir subsídios para a investigação já proposta.

No que concerne à metodologia, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois preocupa-se com os processos e as dinâmicas do objeto estudado. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa. Do ponto de vista procedimental, adotam-se os métodos histórico e comparativo, utilizando-se de fontes primárias e secundárias.

O artigo está dividido em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Em uma primeira seção, serão abordados os aspectos históricos da formação angolana, em especial o desenvolvimento das relações entre os partidos durante a guerra civil e o início da pacificação. Em uma segunda parte, será analisada de maneira mais específica a questão da permanência do poder do MPLA e as eventuais mudanças geradas pela troca da figura presidencial em 2017.

1 Angola: da independência à pacificação

A instabilidade em Angola data do período de independência. Com a formação de três diferentes movimentos de libertação, o MPLA¹, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA²) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA³), no início dos anos 1960, o processo de descolonização foi marcado pelo enfrentamento entre os três grupos e contra Portugal. A guerra de libertação irá se intensificar a partir de meados dos anos 1960 e é só em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal e a queda de Salazar, que o contexto permite a negociação entre os movimentos de libertação e Portugal.

Entre 10 e 15 de janeiro de 1975, o MPLA, a FNLA, a UNITA e Portugal assinam o que ficou conhecido como Acordo de Alvor, o qual estabelecia, entre outras coisas, o reconhecimento formal dos três movimentos de libertação, a data da proclamação da independência de Angola pelo Presidente Português e o governo de transição⁴ (Acordo do Alvor, 1974). A firmação do Acordo de Alvor, contudo, não significou o fim da disputa entre os movimentos de libertação. As disputas e os

¹O MPLA, liderado por Agostinho Neto, foi criado em 1956, tinha orientação marxista e era fortemente urbano; dentre os movimentos surgidos em Angola, o MPLA era o mais bem organizado e estruturado.

²A FNLA é criada em 1962 e era o segundo maior movimento. Ao contrário do MPLA, a FNLA utilizava a bandeira racial, declarando-se contra brancos e portugueses, e anticomunista; sua principal liderança era Holden Roberto. Logo após a formação da FNLA, Roberto criou o Governo da República de Angola no Exílio (GRAE), que foi reconhecido pela Organização da Unidade Africana, e que tinha Jonas Savimbi como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

³A UNITA é criada em 1964, por Jonas Savimbi, que havia abandonado a FNLA e o GRAE.

⁴O Colégio Presidencial que presidira o governo era composto por três membros, um de cada movimento; os demais órgãos do governo, em geral, eram quadripartidos, com representantes dos movimentos e, também, do governo português. Essa estrutura do governo de transição evidencia as difíceis condições nas quais ele é estabelecido e o seu alto grau de instabilidade.

confrontos entre eles, à medida que se aproximava a data prevista da independência, intensificavam-se na região de Luanda (Xavier, 2011).

Em novembro de 1975, o MPLA, que então controlava a região de Luanda, proclama, unilateralmente, a independência; o que não é reconhecido pelos demais movimentos e nem por Portugal. Os demais países, contudo, gradualmente vão reconhecendo a legitimidade do governo e, no ano seguinte, Portugal também o faz.

A independência de Angola não significou, todavia, o fim do conflito, tendo em vista que os demais movimentos não reconheciam a legitimidade do governo do MPLA; a luta pela independência, assim, dá lugar à guerra civil. Com a FNLA perdendo força, a UNITA passa a ser a principal opositora do governo do MPLA, polarizando o conflito em duas grandes forças. O imediato início da guerra civil após a declaração unilateral de independência do MPLA levou Angola a um profundo processo de desestabilização política e socioeconômica, que perdura até hoje. (Schutz, 2014)

Consoante Birmingham (2002), com a morte de Agostinho Neto, líder do MPLA, em 1979, encerra-se o período de guerra de libertação, e um novo tipo de conflito passa a desenvolver-se durante a década de 1980. De acordo com o autor, esse novo conflito acumula tanto causas regionais – como a normalização da relação com o Zaire – quanto reflexos do sistema da Guerra Fria, com a forte presença soviética na África. Soma-se a isso a incapacidade do novo presidente, José Eduardo dos Santos, de responder às demandas das elites angolanas do sul.

O final da década de 1980 marcou um novo momento do desenrolar dos conflitos angolanos, anunciando os acordos de paz que seriam firmados no início da década seguinte. Como resultado das tratativas e das mudanças político-econômicas, em maio de 1991, foi firmado um acordo de cessar-fogo, entre o MPLA e a UNITA, em Portugal, que ficou conhecido como Acordos de Bicesse (Bauer; Taylor, 2005). Ao final do período, eleições presidenciais e parlamentares seriam realizadas, sob a supervisão das Nações Unidas.

Birmingham (2002) destaca que esse período de transição foi de grande otimismo e de sensação de liberdade para o povo angolano. Ainda no ano de 1991 também foi feita uma modificação na Constituição do país, com o objetivo de instituir o sistema multipartidário, no lugar do uni-partidarismo vigente até então (Xavier, 2011).

Em setembro de 1992 ocorreram as eleições. Eduardo dos Santos e o MPLA saíram vitoriosos, tanto no parlamento quanto na presidência. A Missão da ONU reconheceu a eleição como livre e legítima, mas Savimbi, líder da UNITA, alegou conduta imprópria pelos membros do MPLA já na eleição parlamentar, que ocorreu antes da presidencial, e disse não reconhecer os resultados. Em dois meses, Savimbi e a UNITA, que não reconheceram a validade das eleições, retornaram ao confronto armado, apesar da Missão da ONU reconhecer o pleito como livre e legítimo (Farley, 2008).

O fracasso da pacificação é visto por Hodges (2004) como tendo origem em diversos fatores: o mandato da missão da ONU e os recursos disponíveis, insuficientes para o contexto angolano; o curto período de tempo estabelecido para a transição; o não condicionamento das eleições ao cumprimento das medidas militares, o que levou as eleições a ocorrerem em um contexto de perigo; e o estabelecimento de um sistema eleitoral que não contemplava a divisão de poder, gerando um acirramento da disputa.

Em 1994 é assinado o Protocolo de Lusaka, um novo acordo de cessar fogo que, contudo, consoante a Birmingham (2002), não é recebido com a mesma euforia e expectativa dos acordos de 1991. A ameaça de guerra continuava muito presente e as ações de ambos os lados visavam a provocação, com o intuito de levar o lado oposto à agressão e à consequente culpa por quebra do acordo (Xavier, 2011). Em 1998 a guerra civil, latente desde 1994, volta com ainda mais intensidade.

O conflito estendeu-se até 2002, quando Savimbi foi assassinado. A guerra civil no território angolano encerrou-se, formalmente, com um acordo de cessar-fogo entre a UNITA e o governo do MPLA. José Eduardo dos Santos permaneceu como Presidente da Angola, cargo que ocupava desde a morte de seu antecessor, Agostinho Neto, em 1979. As primeiras eleições foram realizadas em setembro de 2008, apenas no âmbito legislativo, com o MPLA obtendo mais de 80% dos votos.

Os anos entre o encerramento da guerra civil, em 2002, e a realização das primeiras eleições, em 2008, não tiveram maiores avanços nas relações entre MPLA e UNITA. Em um primeiro momento, as movimentações concentraram-se na desintegração e na reincorporação das forças militares da UNITA e a possibilidade de retomada da violência parecia bastante improvável (Conflict Barometer, 2003).

Os adiamentos sucessivos na realização do primeiro pleito que, pelo acordo de paz, deveria ocorrer em 2004, e a lentidão na implementação de outras diretrizes acordadas,

torna o ambiente tenso mais uma vez. Já em 2007, o processo de recenseamento eleitoral ocorreu sem incidentes mais graves (Conflict Barometer, 2007). O contexto para a realização das primeiras eleições em 2008, assim, parecia favorável.

2 MPLA no poder: uma ameaça à democracia?

Angola, sem dúvida, apresenta um histórico de evolução no processo de constituição de instituições democráticas desde o encerramento da guerra civil. A realização de eleições periódicas desde 2008 e a gradual redução das tensões entre MPLA e UNITA – ainda que a violência se torne mais frequente em períodos eleitorais – são indicadores positivos do contexto político do país. A permanência do MPLA no poder, todavia, apresenta-se como um dos grandes questionamentos sobre o real avanço da democracia no país. Ainda que o partido esteja no poder, atualmente, pelo processo eleitoral, a não alternância do grupo político que governa o país é um aspecto que não pode ser negligenciado, quando se analisa os possíveis avanços da democracia.

As características dos partidos nos países africanos como um todo e, em especial, em Angola, estão intimamente ligadas às suas origens. A recente mudança de poder em Angola, com a saída de Dos Santos, assim, faz parte de uma problemática maior: os partidos políticos que têm as suas origens nos movimentos de libertação e a necessidade de renovação das lideranças desses grupos. Esses partidos e, por consequência, essas lideranças, têm características específicas que, em última instância, acabaram determinando, também, a trajetória dos regimes nos países da África Austral.

Nas palavras de Aeby (2019):

Embora alguns governos de partidos/movimentos de libertação tenham feito avanços consideráveis na implementação de serviços sociais para a maioria da população e na transformação das instituições estatais, na independência, as elites dos movimentos [e depois partidos], assumiram o controle do aparato coercitivo dos Estados colonizadores e, não raramente, utilizam esses instrumentos para destruir oponentes, entrencharem-se no poder e acumular riquezas (Aeby, 2019, p. 15).

O processo de independência e a ascensão ao poder desses líderes é a primeira característica determinante nesses países. A vitória na luta de libertação contra o

colonizador e, principalmente, contra o(s) movimento(s) de libertação rival(is) passa a se constituir como principal pilar de legitimidade do governo que está no poder. Nas palavras de Clapham (2012, p. 4), “a lembrança da batalha ou mística, entretanto, continua como uma base fundadora do Estado e do próprio governo, e como uma inspiração para as futuras gerações”. Soler-Crespo (2019) lembra, por exemplo, que nas eleições mais recentes na região, vários partidos utilizaram nas suas propagandas frases que lembrassem as suas condições históricas de movimento de libertação.

Os problemas, consoante a Clapham (2012), começam a ficar mais evidentes quando os regimes e, por consequência, os seus líderes deixam de ser avaliados pelas promessas e passam a ser questionados pelos seus desempenhos. Um dos primeiros desafios enfrentados pelos governantes é a necessidade de reformar as instituições racistas já existentes, tendo em vista que muitos movimentos, apesar da luta, chegam ao poder após acordos e conciliação com seus opositores de minoria branca. Sendo assim, como destaca Soler-Crespo (2019), eles precisam, ao mesmo tempo, aprender a governar e criar instituições representativas da maioria negra da população.

Soma-se a isso a questão das relações econômicas. É importante lembrar que, na época das independências, a exploração de recursos naturais nesses países já estava estabelecida, inclusive com empresas controladas pelos colonizadores e/ou minorias brancas no poder (Soler-Crespo, 2019). A inclusão da população negra na economia, assim, também passa a ser um entrave importante na construção da legitimidade do governo. Em alguns casos, isso foi contornado com as reformas socializantes, com estatais no controle da exploração de minérios, e com a redistribuição das terras.

No caso de Angola, que tem no petróleo o seu principal recurso natural, a estatal Sonangol monopoliza a sua exploração. Isso, contudo, não significa que há efetiva distribuição de renda; a concentração do controle da Sonangol – que, atualmente, é um conglomerado atuante nas mais diversas áreas – na família Dos Santos, inclusive, é um dos indicativos do quanto a estruturação do Estado, do governo e do MPLA se confundem em Angola.

A construção do Estado e da sua estrutura institucional, entrave natural a esses países recém-independentes, fica ainda mais comprometida se considerarmos

essa relação nebulosa entre o que é interesse do partido e o que é interesse do Estado. Vines (2016) lembra que muitos movimentos de libertação que assumem o governo passam a usar os recursos – políticos, administrativos e financeiros – estatais para se manter no poder. Essa precária separação entre as instituições estatais e o partido que está no poder é mais um entrave à consolidação da democracia nesses países. Como destaca Thompson (2010), isso coloca a oposição em desvantagem no pleito, seja pela própria fraqueza das instituições, seja pelas práticas deliberadas do partido da liderança com o intuito de permanecer no poder. Tais ações podem variar desde estratégias legais – como a modificação da legislação para permitir reeleição, por exemplo, até práticas criminosas – como a fraude no recenseamento eleitoral e a manipulação dos resultados.

Outro efeito da luta de libertação apontado por Clapham (2012) diz respeito ao controle das forças de repressão. Ao saírem vitoriosos das lutas, obviamente, os movimentos que sobem ao poder, monopolizam os recursos de violência; o problema reside no controle, pelo partido, dos recursos de repressão, que deveriam estar monopolizados no Estado.

A liderança é entendida como uma missão da vida; o processo democrático, especialmente o pleito, é visto apenas como uma confirmação (Clapham, 2012). Isso tem impactos expressivos na construção das instituições desses países e na própria cultura da democracia. Da mesma forma, a construção de uma unidade e identidade nacional é mais difícil em um contexto no qual há um ou mais grupos que se sentem derrotados. Segundo Soler-Crespo (2019), a trajetória – mais ou menos democrática – seguida pelos países da região, depende de três fatores: as características do acordo político quando sobem ao poder (com maior ou menor interferência de atores externos e níveis variados de apoio da sociedade civil); a predominância do movimento de libertação vencedor em relação aos demais; e a adoção de limites constitucionais claros e a separação de poderes logo no início do processo.

Ao olhar para o caso de Angola, pelo menos os dois últimos fatores merecem atenção. A preponderância do MPLA em relação à UNITA, e as mudanças constitucionais que sucederam a pacificação, acabando com as eleições diretas para presidente, são aspectos preocupantes.

A compreensão, por parte dos líderes no poder, de que são as únicas pessoas legítimas para governar o país, também é um entrave para a renovação das lideranças dos partidos, o que resulta em contextos de crise (Clapham, 2012). Chan (2018), por sua vez, acrescenta que esse problema não é exclusivo dos partidos do poder, já que na maioria das forças de oposição também não existe liderança jovem. Nas palavras de Soler-Crespo (2019, p. 16): “As brigas intrapartidárias entre os membros que anseiam pelo poder indicam que os movimentos de libertação esqueceram o porquê e por quem lutaram, e agora lutam entre si pelos mesmos privilégios contra os quais lutaram anteriormente”. A grande população de jovens dos países, que nasceram depois da guerra de libertação, é um dos aspectos que impõe aos partidos a necessidade de renovação das suas lideranças. Esses eleitores não viveram o processo de independência e, portanto, nem sempre aceitam a ideia de legitimidade dos partidos no poder ligada a essa libertação (Southall, 2018).

É significativo que nas eleições ocorridas na última década, com exceção da Namíbia, todos os demais partidos oriundos de movimentos de libertação na região tenham perdido cadeiras no Legislativo e reduzido as suas margens percentuais de vitória no Executivo (Soler-Crespo, 2019). Isso reflete não só o desgaste dos partidos ocupantes do poder, mas também o fato de que a mera renovação das lideranças, sem mudanças efetivas nas práticas e políticas desses partidos, não será suficiente para manter as bases eleitorais.

Essa trajetória dos países da África Austral influenciou a construção de suas elites não só do ponto de vista político, mas também econômico. Os países são marcados por grandes desigualdades socioeconômicas e por elites de membros ou ligadas ao partido governante e/ou às estatais. Com as sucessivas crises econômicas enfrentadas por esses países, alguns autores, como Southall (2018), defendem que os partidos estão sendo forçados a abandonar suas políticas socialistas que, eventualmente, ainda mantinham, e a adotar reformas modernizantes. Isso constituiria mais um fator impulsionador do movimento de renovação dessas elites partidárias.

A mera substituição das lideranças, além disso, não é garantia de que haverá alguma mudança na agenda dos partidos e do governo. Herbst e Mills (2018) lembram que a política depende diretamente das pessoas que a fazem e que, portanto, se há

uma troca de presidente sem que se modifiquem também os gabinetes, é pouco provável que isso se traduza em alguma mudança efetiva. Além disso, ainda que haja disposição para fazer mudanças, é preciso que esses novos líderes contem com apoiadores, já que a elite política anterior, provavelmente, não será cooperativa. Reside aí a importância desse processo de renovação dos partidos e não apenas de substituição de lideranças.

A questão central é que existe pouca possibilidade dessas renovações acontecerem dentro dos partidos que estão no poder. Além disso, na maioria dos países da região, os partidos de oposição ainda têm pouca projeção ou têm suas bases de apoio concentradas em apenas algumas regiões. Isso leva os jovens políticos a se inserirem nos partidos tradicionais, por entenderem que é a única forma de chegar ao poder (Southall, 2018). A ascensão dentro do partido, por sua vez, acaba os moldando nos padrões da elite política tradicional.

Tratando especificamente de Angola, é importante elucidar as principais mudanças políticas e eleitorais que aconteceram desde o processo de pacificação e a realização da primeira eleição em 2008. A mudança mais emblemática, do ponto de vista da legislação, ocorreu em 2010, com a aprovação de uma nova Constituição, que já estava em tramitação e discussão desde 2004. Com a nova Constituição, não há mais eleições diretas para o executivo, e o presidente é eleito pelo parlamento.

Dado o novo contexto político, a oposição se reorganizou. Em 2012, algumas lideranças na UNITA criaram a Convergência Ampla para a Salvação de Angola (CASA), levando a um aumento das tensões em Angola. As eleições parlamentares que se seguiram foram amplamente contestadas. O MPLA conquistou a maioria das cadeiras, o que, automaticamente, reelegeu José Eduardo dos Santos como presidente.

A realização das eleições em 2012, sem dúvida, foi um grande avanço no processo de construção do Estado angolano pós-guerra civil. Os focos de instabilidade, contudo, continuaram existindo, com a oposição questionando a validade e a transparência das eleições (Schutz, 2016). Ao longo dos anos seguintes, as tensões reduziram-se, mas o cenário voltou a ficar mais violento com a proximidade de um novo pleito em 2017. Já em 2016, durante o processo de recenseamento eleitoral, alguns ataques foram registrados (Conflict Barometer, 2017).

Em agosto de 2017 foram realizadas eleições gerais. As eleições, que contaram com uma Missão de Observação Eleitoral da SADC, consagraram a vitória, mais uma vez, do MPLA. O processo eleitoral em questão foi um marco na história recente angolana, tendo em vista que o candidato do MPLA deixou de ser José Eduardo dos Santos, que já estava no poder há 38 anos. A mudança de candidato já havia sido anunciada no ano anterior e, de acordo com Matsimbe e Domingos (2018), acabou influenciando a eleição como um todo. Por um lado, os partidos de oposição enxergaram na troca a possibilidade de um contexto mais favorável para uma mudança real e passaram a atuar de maneira mais dura na campanha contra o MPLA. Isso foi seguido, também, por outras organizações da sociedade civil angolana. Por outro lado, a própria população que, em sua maioria, era descrente com o processo eleitoral e os seus resultados, também passou a vislumbrar nesse pleito um instrumento de melhora das suas situações, principalmente do ponto de vista socioeconômico.

O novo presidente eleito, João Lourenço, foi ministro da Defesa e vice-presidente do partido. É importante ressaltar, também, que nada obstante a vitória, o MPLA perdeu cadeiras no parlamento, ficando com 150 das 220 cadeiras, 25 a menos que na eleição anterior (Morris, 2017). As eleições, que tiveram uma participação maior da população se comparadas à anterior, foram consideradas válidas pelos observadores externos. É relevante ressaltar, todavia, que, apesar do reconhecimento do pleito como legítimo, ele não foi livre de problemas e contestações pela oposição.

A ascensão de João Lourenço ao poder foi recebida, pela população angolana, com expectativa de mudanças e renovação. A saída de Dos Santos da presidência, todavia, não significou sua retirada absoluta da cena política do país. Em primeiro lugar, deve-se registrar que Dos Santos permaneceu na presidência do MPLA até setembro de 2018, configurando uma situação até então inédita, na qual a presidência do país e do partido não estavam sendo ocupadas pela mesma pessoa. Soma-se a isso, a tentativa de Dos Santos de adiar o Congresso do MPLA, em que seria feita a mudança.

Além disso, é importante destacar que havia indicativos de que a transição de Dos Santos para Lourenço teria sido tensa. Almeida e Satula (2018) afirmam que

Lourenço não era a primeira opção de Dos Santos para sucedê-lo, e que antes da eleição, o então presidente modificou períodos de mandato de cargos de forças de segurança, possibilitando a permanência de seus indicados depois que já estivesse fora do governo.

Nas palavras de Vines (2021, p. 124), ao subir ao poder, Lourenço tinha duas prioridades políticas: “estabilizar a economia e tomar o controle absoluto do MPLA e reformá-lo”. A estabilização da economia lhe daria o apoio da população; o controle do MPLA, por sua vez, a garantia de se manter na liderança do partido. Os dois objetivos juntos, criariam um caminho natural para a reeleição.

Lourenço inicia a sua gestão implementando mudanças relevantes, especialmente no que Dundão (2019) nomeia de comunicação política. A nova gestão adota uma postura de maior abertura com a imprensa e a sociedade civil. É um marco, nesse sentido, a devolução dos restos mortais de Jonas Savimbi, líder da UNITA, morto em 2002 (Almeida, 2019).

No tocante especificamente à ocupação de cargos e à composição das suas equipes, o novo governo promove alterações importantes. Há uma troca de 15 dos 18 governos locais (Augé, 2018) e trocas de presidência do Banco Nacional e da Sonangol, com a emblemática retirada de Isabel dos Santos do Conselho da estatal (Almeida, 2019).

Almeida (2019) menciona, ainda, a ampliação do Comitê Central e a saída de membros do Bureau Político. A movimentação, para Augé (2018), é uma tentativa de aumentar o seu controle no partido, tendo em vista que o Comitê Central é a principal instância decisória.

Mudanças mais profundas, todavia, não ocorreram e a participação no governo segue restrita a um grupo específico. Bye, Igles e Orre (2021) identificam três grupos de poder que se concentram ao redor do presidente: as forças militares e de segurança, uma das maiores dos países africanos, fortalecidos pelos longos anos de guerra civil e que não foram reduzidos por Lourenço (como já mencionado, ex-general e ex-ministro da defesa); as pessoas ligadas ao vice-presidente, Bornito de Sousa que, inclusive, foi o responsável pelas indicações para os governos locais; e a Primeira Dama, Ana Dias Lourenço, que controla grande parte da equipe ligada às questões econômicas.

Ressalte-se que Lourenço reconduziu onze ministros do governo anterior, o que representa mais de 30% do total, e promoveu 5 secretários ao cargo de ministro

(Dundão, 2019). No setor de segurança que, como já mencionado, constitui uma das principais zonas de poder e influência ligadas à presidência, há a manutenção de figuras antigas, inclusive combatentes da luta de libertação, evidenciando a ligação de Lourenço com as bases tradicionais do partido (Augé, 2019).

Em meados de 2020, a política de Lourenço já não respondia mais às expectativas dos angolanos. As condições de vida da maioria da população não tinham tido quase nenhuma melhora e o ano de 2021 foi o sexto consecutivo de retração econômica (Vines, 2021). Ao final do primeiro mandato, as esperanças de grandes mudanças não pareciam ter se confirmado. “A cultura política do partido estava intacta. A posição de poder do presidente não havia sido tocada (Bye; Igles; Orre, 2021, p. 9)”

A questão central, muito provavelmente, envolve o quanto Lourenço está disposto a arriscar a sua própria manutenção no poder. Ao promover mudanças significativas, ele desagradou seus aliados no MPLA e, portanto, aqueles que estão no poder com ele. As parcelas mais conservadoras do MPLA se veem ameaçadas pela exposição de suas responsabilidades históricas (Bye; Igles; Orre, 2021). Por outro lado, a postura de Lourenço parece ter sinalizado positivamente uma melhora aos olhos da comunidade internacional.

Essa melhora da imagem do país se dá, em grande medida, pela bandeira anticorrupção levantada por Lourenço. Deve-se reconhecer que, de fato, Lourenço adotou medidas significativas no combate à corrupção, inclusive com a investigação de membros da família Dos Santos e vários aliados próximos do ex-presidente (Vines, 2021).

Em 2022, um novo pleito deu a maioria das cadeiras para o MPLA e reelegeu Lourenço. Mais uma vez, todavia, o MPLA perde espaço, conquistando apenas 124 cadeiras no parlamento (em torno de 51% dos votos). As eleições ocorrem em um contexto tenso, acirrado pela morte recente de José Eduardo dos Santos. Vale destacar que, nesse interregno entre as eleições, Angola abrigou uma Missão da SADC para observação e implementação de mudanças no processo eleitoral e que tal Missão⁵, mais uma vez, confirmou a validade do pleito. A oposição, contudo, contestou o resultado.

⁵Além da Missão da SADC, também tiveram Missões de Observação Eleitoral da UA, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da Comunidade Econômica da África Central e da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos.

Para esse pleito, a UNITA e seu candidato, Adalberto Costa Junior, uniram-se com outros grupos na Frente Patriótica Unida. Na oposição, ainda se destacava a coalização liderada pela CASA e o Partido do Bloco Democrático. A perda de cadeiras do MPLA foi, quase que na sua totalidade, para a UNITA, que conquistou 44% dos assentos, em um resultado histórico; além disso, em Luanda, a UNITA fez 63% dos votos, contra 33% do MPLA (Fabricius, 2022).

O início do segundo mandato de Lourenço não trouxe grandes esperanças de melhora para os angolanos. A situação econômica continua crítica e os avanços no combate à corrupção continuam centrados na família Dos Santos, sem avançar nos setores militares e de segurança. Recentemente, Lourenço está enfrentando uma oposição mais organizada da sociedade civil.

Uma petição pública pedindo a destituição de Lourenço do cargo foi organizada por ativistas e membros da sociedade civil. O contexto fica ainda mais complexo quando a UNITA, em agosto de 2023, anunciou que iria apresentar um pedido de *impeachment*, alegando que possui provas de conduta ilegal do presidente, como a interferência nos tribunais superiores e a coação da Procuradoria Geral da República, entre outras coisas (DW, 2023). Nada obstante que a Assembleia Nacional seja de maioria do MPLA, o que torna improvável que o processo avance, Lourenço está enfraquecido, tanto em relação ao seu próprio partido, quanto em relação à população angolana.

Considerações finais

A trajetória de Angola, desde a sua independência de Portugal, em 1975, passando pelos longos anos de guerra civil até chegar à sua pacificação, em 2002, é marcada, sem dúvida, pela força do MPLA. É inegável que a história do país se confunde com a própria história do partido e, por um expressivo período, com a figura de José Eduardo dos Santos.

Não há como não questionar, assim, o peso que a permanência do MPLA no poder tem na evolução – ou não – do processo democrático. Da mesma forma, a saída do poder de Dos Santos é uma sinalização de renovação que não pode ser ignorada. A

movimentação interna do partido, contudo, parece sinalizar tratar-se de uma manobra para permanecer no poder, ao invés de uma real tentativa de mudança.

Lourenço sobe ao poder em um contexto de crise econômica e de enfraquecimento do apoio popular ao MPLA. Ao final do primeiro mandato, a situação do país indicava que ele havia fracassado tanto em reverter a conjuntura econômica quanto em ampliar as bases do MPLA. Mais do que isso, ao longo dos cinco primeiros anos que esteve no poder, Lourenço implementou poucas mudanças, mantendo-se ligado às bases tradicionais do partido.

A perda de apoio da população e os resultados das eleições – ainda que continuem dando a vitória ao MPLA – representam uma modificação expressiva do cenário político angolano. Pode-se afirmar que o país se encontra em um momento decisivo do seu processo de construção da democracia. A forma como as instituições se comportarão a partir de agora e, principalmente, a postura do MPLA em relação ao novo contexto serão determinantes.

O MPLA pode reconhecer a expansão da UNITA e tentar, como novos ajustes, especialmente na condução política do governo central, sinalizar mudanças efetivas para a população. Nesse caso, uma eventual vitória da UNITA em 2027 seria possível e reconhecida como legítima, em um cenário de grande avanço democrático. A outra opção, que é a que foi seguida no Zimbabué e em Moçambique, por exemplo, é um retrocesso democrático, com restrições de direitos políticos, manipulação de eleições e outras ações do partido no poder para evitar a sua queda.

A grande parte dos analistas é cético em relação à primeira possibilidade. Fabricius (2022, s/p) chega a afirmar que “Nenhum dos antigos movimentos de libertação da África Austral no governo já cedeu o poder – por isso é difícil imaginar que algum deles o faça”.

A mudança na presidência da Angola, desta forma, não se traduziu em mudanças expressivas na forma de condução política do país, tampouco resultou em reformas institucionais que, realmente, gerassem resultados. Não parece, assim, que a troca de líder tenha sido efetivamente benéfica para o processo de democratização angolano. Como já mencionado anteriormente, a forma como Lourenço e o MPLA irão se posicionar nesse segundo mandato será decisivo para sabermos se Angola irá dar um grande passo em direção à democracia ou um triste recuo para o autoritarismo.

Bibliografia

ACORDO DO ALVOR. *Alvor/Algarve*, 15 de janeiro de 1975. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>>. Acessado em: 30/04/2010.

AEBY, Michael. *SADC – The Southern Arrested Development Community*. Policy Dialogue Nº 14, The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2019.

ALMEIDA, Cláudia. *Angola e os ventos de mudança e continuidade de João Lourenço*. Janus 2020/2021. Novembro de 2019.

ALMEIDA, Cláudia; SATULA, Benja. *Only one man for two Jobs: the leadership transition in Angola*. Presidential Power, 19/10/2018.

AUGÈ, Benjamin. *Angola under João Lourenço: who are the new players of MPLA State*. Notes de l'IFRI, IFRI, December 2019.

BAUER, Gretchen; TAYLOR, Scott D. *Politics in Southern Africa: State & Society in Transition*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

BIRMINGHAM, David. Angola. In: CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst & Company, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Niccola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BYE, Vegard; INGLES, Paulo; ORRE, Aslak. *Angola after Dos Santos: change and continuity*. CMI Working Paper, Number 8, November 2021.

CAWTHRA, Gavin. *The Role of SADC in Managing political crises and conflict – The Cases of Madagascar and Zimbabwe*. Friedrich Ebert Stiftung, FES Peace and Security Series nº 2, 2010.

CHAN, Stephen. *African Democracies Badly Need a New Generation of Leaders: Where are They?* The Conversation, January 31, 2018. Disponível em: <http://theconversation.com/african-democracies-badly-need-anew-generation-of-leaders-where-are-they-90887>. Acessado em: 13 de março de 2020.

CLAPHAM, Christopher. *From Liberation Movement to Government: Past Legacies and The Challenge of Transition in Africa*. Discussion Paper 8/2012 Johannesburg: The Brenthurst Foundation, 2012.

CONFLICT BAROMETER. *Report 2017*. Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2023.

CONFLICT BAROMETER. *Report 2007*. Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2007.

CONFLICT BAROMETER. *Report 2003*. Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2003.

DEUTSCHE WELLE. *UNITA pede destituição do Presidente angolano*. 09/07/2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/unita-pede-destitui%C3%A7%C3%A3o-do-presidente-angolano/a-66289985>>. Acessado em: 02 de setembro de 2023.

DUNDÃO, Sérgio. *Dois anos de presidência de João Lourenço*. O Jornal Econômico, 27 de setembro de 2019.

FABRICIUS, Peter. *UNITA shakes the foundation of MPLA rule in Angola*. ISS Today, 02 set 2022. Disponível em: <<https://issafrica.org/iss-today/unita-shakes-the-foundations-of-mpla-rule-in-angola>>. Acessado em: 02 de setembro de 2023.

FARLEY, Jonathan. *Southern Africa*. New York: Routledge, 2008.

KHADIAGALA, Gilbert M. *Regional Cooperation on Democratization and Conflict Management in Africa*. Carnegie Endowment for International Peace. March 2018.

HERBST, Jeffrey; MILLS, Greg. *Can Ramaphosa, Lourenço and Mnangagwa Change Africa's Fortunes?* 2018. Disponível em: www.thebrenthurstfoundation.org/article/can-ramaphosa-lourenco-and-mnangagwa-change-africas-fortunes/. Acessado em: 31 de março de 2020.

MATLOSA, Khabele. The role of the Southern African Development Community in mediating post-election conflicts: Case studies of Lesotho and Zimbabwe. In: MATLOSA, Khabele; KHADIAGALA, Gilbert; SHALE, Victor. *When elephants fight: preventing and resolving election-related conflicts in Africa*. Johannesburg: EISA, 2010.

MATSIMBE, Zefanias; DOMINGOS, Nelson. *Angola's 2017 Elections and the Start of a Pos-Dos Santos Era*. Journal of African Elections, V. 17, N. 1, 2018.

MORRIS, Helen. *Angola – September 2017 Update*. ACLED Data. September 22, 2017.

SOUTHALL, Roger. Presidential transitions and generational change in Southern African liberation movements. *Review of African Political Economy*, v.46, n.159, 2018.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. The End of the Mugabe Era in Zimbabwe: change or continuity? *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 3, p. 129-145, 2018.

SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. *Conflitos na África Austral: uma análise comparativa*. Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. *Integração Na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e Políticos da Integração*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Tese de Doutorado, 2014.

SOLER-CRESPO, David. *The Slow Death of Liberation Movements in Southern Africa*. Navarra Center for International Development, 2019.

THOMSON, Alex. *An introduction to African Politics*. 3 ed. New York: Routledge, 2010.

VINES, Alex. *Are Southern African Liberation Movements in Crisis?* Newsweek, 16 aug. 2016. Disponível em: www.newsweek.com/aresouthern-africas-liberation-movements-crisis-490642. Acessado em: 13 de março de 2020.

VINES, Alex. Dos Santos to Lourenço: Angola's transitional politics. *The African Governance Papers*, V. 1, N. 1, November 2021.

XAVIER, Nathaly. *A Política Externa Chinesa e a Recepção dos Países Africanos: o contraste entre Zâmbia e Angola*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Dissertação de Mestrado, 2011.

Recebido em: setembro de 2023

Aceito em: janeiro de 2024

COMO REFERENCIAR

SCHUTZ, Nathaly Xavier. Angola no caminho da democracia: avanços e retrocessos. *Latitude, Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 12-29, 2024.